

Declaração de voto:

Sobre a proposta de prorrogação da transferência de competências no domínio da Ação Social (Ponto 3.7 da Ordem de Trabalhos):

Aprovámos o ponto anterior e rejeitámos este, porque, para a CDU, é uma questão de princípio e não apenas de *timming*.

Como é já sabida e bem conhecida, a nossa posição é que este modelo de transferência de competências no domínio da Ação Social para os Municípios ou CIMS não serve as populações.

Entendemos que não estão criadas as condições para que os Municípios e Cims garantam às populações serviços de qualidade neste domínio de ação tão importante, servindo este processo mais para a desresponsabilização do Estado Central nestas matérias do que para um real envolvimento das regiões através das tão almejadas políticas de proximidade, só possíveis com o processo de regionalização que defendemos há décadas.

Braga, 10 Maio 2022

Declaração de voto:

Sobre a proposta Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022:

É uma proposta que revela opções de fundo e reflete prioridades muito distintas das que defendemos na CDU. A CIM é um órgão importante mas tem-se revelado insuficiente para representar de forma significativa as populações da região. Precisamos da regionalização, de órgãos regionais, eleitos diretamente pelas populações, com meios e condições para, efetivamente, responder aos seus problemas. A proposta de orçamento apresentada reflete isto mesmo: a falta de meios da CIM para intervir.

Questões concretas:

Transportes públicos – a opção deve ser na esfera pública e não na manutenção de concessões a privados. Esta opção representa continuarmos a prestar um mau serviço ao nível de transportes públicos, como a pandemia veio confirmar (carreiras que deixaram de se fazer por terem poucos utilizadores).

Intermodalidade dos transportes - nada é dito sobre isto nesta proposta/orçamento. Se no Porto e em Lisboa há passes intermodais para os diversos transportes públicos, porque não há esta opção na vossa região?

Fundos comunitários – a CDU discorda da lógica nacional que centra o investimento público quase exclusivamente nos fundos comunitários. Estes fundos europeus focam-se em objetivos nem sempre correspondentes às necessidades do país e da região, para além de estarem a ser geridos com um nível de centralização política e administrativa que *tolhe* o necessário papel de coordenação, articulação e planeamento ao nível regional.

De referir que saudamos, nesta proposta, o trabalho desenvolvido e previsto relativo ao combate a espécies invasoras, que importa aprofundar e alargar a outras espécies, estabelecendo estratégias globais, comuns e coordenadas entre diferentes níveis e entidades da administração, sem esquecer a inclusão das ONG e abertura à sociedade. Este é um desafio imenso e só se resolverá com o máximo envolvimento e empenho de pessoas e entidades.

Braga, 10 Março 2022